

EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Mariza Silva Santos Dias¹, Fabiana Aparecida de Paula Lopes², Amanda Castro
de Souza³, Angelo Antonio da Silveira⁴**

¹Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil (marizassantos@ufv.br)

²Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil (fabiana.paula@ufv.br)

³Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil (amanda.souza@ufv.br)

⁴Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil (angelo.silveira@ufv.br)

Resumo: A evasão no ensino superior é um desafio para as instituições brasileiras. Este estudo analisa os fatores associados à evasão nos cursos de graduação da UFV, considerando aspectos institucionais, acadêmicos, socioeconômicos e individuais. Abordagem qualitativa e caráter descritivo aponta que a evasão é um fenômeno multidimensional relacionado à vulnerabilidade socioeconômica, integração acadêmica, desempenho inicial e condições de permanência, exigindo políticas integradas de apoio estudantil.

Palavras-chave: evasão escolar; ensino superior; permanência estudantil; políticas públicas; Universidade Federal de Viçosa.

INTRODUÇÃO

A educação superior ocupa posição estratégica no desenvolvimento econômico, social e científico das sociedades contemporâneas. Além de contribuir para a formação de profissionais qualificados, as universidades desempenham papel fundamental na produção do conhecimento, na inovação tecnológica e na redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a ampliação do acesso ao ensino superior passou a constituir uma das principais metas das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas.

A partir dos anos 2000, diversas iniciativas governamentais foram implementadas com o objetivo de democratizar o acesso às instituições de ensino superior. Entre essas ações destacam-se o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007; o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), criado em 2010; a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas; e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010.

Essas políticas promoveram mudanças significativas no perfil do estudante universitário brasileiro. Grupos historicamente excluídos da educação superior, como estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, negros, indígenas e residentes em regiões periféricas, passaram a ocupar espaços antes restritos às camadas mais privilegiadas da sociedade. Dessa forma, observou-se um avanço importante no processo de democratização do acesso às universidades públicas.

Entretanto, a ampliação do ingresso não foi acompanhada, na mesma intensidade, por políticas capazes de garantir a permanência e a conclusão dos cursos. Como consequência, a evasão estudantil tornou-se uma preocupação crescente para gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. O fenômeno representa não apenas perdas individuais para os estudantes que interrompem sua formação, mas também prejuízos institucionais e sociais decorrentes da utilização incompleta dos recursos investidos na educação superior.

A evasão possui impactos diretos sobre os indicadores de desempenho das instituições, comprometendo taxas de conclusão, eficiência acadêmica e planejamento institucional. Além disso, gera desperdício de recursos públicos destinados à manutenção das universidades federais, uma vez que vagas ocupadas por estudantes evadidos frequentemente permanecem ociosas durante parte do percurso formativo. Sob a perspectiva social, a evasão contribui para a manutenção das desigualdades educacionais e limita o potencial transformador da educação superior.

Apesar da relevância do tema, não existe consenso na literatura sobre a definição de evasão. As divergências conceituais envolvem diferentes interpretações acerca da saída do estudante do curso, da instituição ou do sistema de ensino superior. Essa complexidade dificulta a comparação entre estudos e evidencia a necessidade de análises contextualizadas, capazes de considerar as especificidades de cada instituição e de cada trajetória acadêmica.

Diversos autores destacam que a evasão não pode ser compreendida como resultado de um único fator isolado. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno multidimensional, construído pela interação entre aspectos acadêmicos, institucionais, econômicos, sociais, psicológicos e vocacionais. Assim, compreender os motivos que levam os estudantes a abandonar seus cursos exige uma abordagem ampla, capaz de integrar diferentes perspectivas analíticas.

Nesse cenário, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) apresenta-se como um campo relevante para investigação. Reconhecida nacionalmente pela qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, a instituição também enfrenta desafios relacionados à permanência estudantil. Assim como outras universidades federais brasileiras, a UFV passou a receber um público mais diversificado após a implementação das políticas de democratização do acesso, o que ampliou a necessidade de desenvolver estratégias institucionais voltadas ao acolhimento e acompanhamento dos estudantes.

A universidade dispõe de importantes mecanismos de apoio à permanência, entre os quais se destacam os auxílios da assistência estudantil, programas de monitoria, tutoria acadêmica, acompanhamento pedagógico e o Programa Primeiro Ano. Essas iniciativas buscam favorecer a adaptação dos ingressantes ao ambiente universitário, reduzir dificuldades acadêmicas iniciais e fortalecer os vínculos dos estudantes com a instituição.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os fatores associados à evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa, discutindo suas múltiplas determinações à luz da literatura especializada e das políticas institucionais de permanência. Parte-se da hipótese de que a evasão resulta da interação entre vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de integração acadêmica e social e desafios de adaptação ao ensino superior, manifestando-se com maior intensidade nos períodos iniciais da graduação.

A evasão no ensino superior tem sido objeto de crescente interesse por parte de pesquisadores e gestores educacionais, especialmente em contextos de expansão do acesso à educação superior. A complexidade do fenômeno pode ser observada tanto

na diversidade de definições existentes quanto na multiplicidade de fatores que influenciam a decisão dos estudantes de interromper sua trajetória acadêmica.

Um dos primeiros esforços sistemáticos para compreender a evasão nas universidades brasileiras foi realizado pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras, instituída pelo Ministério da Educação em 1995. O relatório final do grupo definiu três modalidades principais: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior. Essa classificação tornou-se referência para inúmeros estudos posteriores e continua sendo amplamente utilizada em pesquisas sobre permanência estudantil.

Posteriormente, Silva (2012) propôs uma releitura dessa tipologia, denominando-a de microevasão, mesoevasão e macroevasão. A proposta evidencia que a saída de um curso específico não significa necessariamente abandono da educação superior, podendo representar apenas uma mudança de trajetória acadêmica. Essa interpretação é reforçada por autores como Ristoff (2013) e Ribeiro (2005), que defendem a necessidade de distinguir evasão de mobilidade estudantil.

A compreensão contemporânea da evasão está fortemente associada à ideia de multidimensionalidade. Paredes (1994) destaca que as causas podem ser agrupadas em fatores internos e externos às instituições. Os fatores internos envolvem infraestrutura, organização acadêmica, qualidade do ensino, políticas de apoio estudantil e práticas pedagógicas. Já os fatores externos relacionam-se às condições econômicas, familiares, culturais e psicológicas dos estudantes.

Entre as teorias mais influentes sobre a permanência estudantil destaca-se o modelo de integração acadêmica e social desenvolvido por Vincent Tinto (1975). Inspirado na teoria da integração social de Durkheim, o autor argumenta que a permanência depende do grau de integração do estudante à comunidade universitária. Quanto maior o envolvimento acadêmico e social, menores são as probabilidades de evasão.

Segundo Tinto (1997; 2014), estudantes que estabelecem relações positivas com colegas, professores e demais membros da comunidade universitária tendem a desenvolver maior comprometimento com seus objetivos educacionais. Em contrapartida, experiências marcadas por isolamento social, dificuldades acadêmicas e ausência de pertencimento institucional favorecem o abandono.

Complementando essa perspectiva, Coulon (2008; 2012) enfatiza a importância do processo de aprendizagem das normas e práticas universitárias. Para o autor, o estudante ingressante precisa aprender o "ofício de estudante", compreendendo as regras formais e informais que estruturam a vida acadêmica. Esse processo é particularmente crítico durante o primeiro ano de graduação, período em que se concentram os maiores índices de evasão observados nas instituições de ensino superior.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza descritiva, desenvolvido a partir do método de estudo de caso, tendo como objeto de análise a Universidade Federal de Viçosa (UFV). A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender a evasão estudantil em sua complexidade, considerando os múltiplos fatores que influenciam a permanência e a conclusão dos cursos de graduação.

A investigação fundamentou-se em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contemplou produções científicas nacionais e internacionais sobre evasão no ensino superior, permanência estudantil, democratização do acesso e políticas públicas educacionais. Foram consultados artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos institucionais que abordam os principais referenciais teóricos relacionados ao tema.

A análise documental incluiu legislações educacionais, relatórios institucionais da Universidade Federal de Viçosa, documentos do Ministério da Educação e estudos produzidos por órgãos oficiais relacionados à educação superior brasileira. Entre os documentos analisados destacam-se o relatório da Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras (1996), documentos referentes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), informações institucionais sobre o Programa Primeiro Ano e dados disponíveis em estudos realizados na própria universidade.

A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise temática, organizada a partir de categorias previamente identificadas na literatura especializada: fatores institucionais, fatores acadêmicos, fatores socioeconômicos, integração acadêmica e

social e políticas de permanência estudantil. Essa estratégia permitiu compreender a evasão como um fenômeno multifacetado, articulando elementos teóricos e evidências empíricas relacionadas ao contexto da UFV.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos institucionais evidencia que a evasão estudantil constitui um fenômeno complexo, resultante da interação de múltiplos fatores. Não se trata de um evento isolado ou decorrente exclusivamente de decisões individuais dos estudantes, mas de um processo influenciado por aspectos acadêmicos, institucionais, econômicos e sociais.

Entre os fatores identificados com maior frequência destacam-se as dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, especialmente nos períodos iniciais da graduação. O ingresso na universidade representa uma transição significativa na trajetória dos estudantes, exigindo autonomia, organização dos estudos e adaptação a novas formas de aprendizagem. Muitos ingressantes encontram dificuldades para lidar com essas mudanças, o que pode gerar desmotivação e comprometimento do desempenho acadêmico.

Os estudos de Tinto (1975; 1997; 2014) demonstram que a integração acadêmica e social é um dos principais elementos associados à permanência estudantil. Estudantes que conseguem estabelecer vínculos com colegas, professores e atividades institucionais tendem a apresentar maior comprometimento com a formação universitária. Por outro lado, aqueles que permanecem isolados ou enfrentam dificuldades de inserção na comunidade acadêmica apresentam maior probabilidade de abandonar o curso.

Nesse sentido, observa-se que a evasão não decorre apenas de fatores econômicos, embora estes sejam extremamente relevantes. A falta de pertencimento institucional, a ausência de redes de apoio e as dificuldades de adaptação às exigências acadêmicas também desempenham papel importante na decisão de abandonar a graduação.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se às dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes. Apesar da existência de programas de assistência

estudantil, muitos alunos precisam conciliar trabalho e estudo, o que reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e aumenta o risco de reprovação. Além disso, despesas relacionadas à alimentação, moradia, transporte e aquisição de materiais didáticos podem representar obstáculos significativos para estudantes provenientes de famílias de baixa renda.

Gisi (2006) destaca que as desigualdades sociais não desaparecem com o ingresso na universidade. Pelo contrário, muitas vezes continuam influenciando a trajetória acadêmica dos estudantes. Dessa forma, a permanência estudantil deve ser compreendida como uma questão social que ultrapassa os limites da sala de aula e exige políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades existentes.

No contexto da Universidade Federal de Viçosa, os desafios relacionados à permanência tornaram-se mais evidentes após a ampliação do acesso proporcionada pelo SiSU e pela Lei de Cotas. A diversificação do perfil estudantil trouxe novas demandas institucionais, exigindo ampliação das políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e acompanhamento acadêmico.

Os dados disponíveis em estudos realizados na UFRV indicam que os índices de evasão variam significativamente entre cursos e modalidades de ensino. Em determinadas licenciaturas, os percentuais de evasão ultrapassam 50% dos estudantes ingressantes (RIGO; 2019). Em cursos ofertados na modalidade de educação a distância, esses índices podem alcançar valores ainda mais elevados, revelando desafios adicionais relacionados à organização do ensino e ao acompanhamento discente (MIRANDA; 2016).

Esses resultados estão em consonância com estudos nacionais que apontam elevadas taxas de abandono na educação superior brasileira. Embora a ampliação do acesso tenha possibilitado o ingresso de milhões de estudantes, a conclusão dos cursos continua sendo um desafio para grande parte das instituições de ensino superior.

Outro aspecto relevante identificado durante a análise refere-se às dificuldades acadêmicas enfrentadas nos primeiros períodos da graduação. As disciplinas básicas, especialmente nas áreas de Matemática, Física, Química e Estatística, apresentam elevados índices de reprovação e constituem importantes fatores associados à

evasão. O acúmulo de reprovações pode gerar sentimentos de incapacidade, frustração e desmotivação, contribuindo para o abandono dos estudos.

Além disso, observam-se dificuldades relacionadas aos processos administrativos e institucionais. Em alguns casos, estudantes ingressam após o início do período letivo em decorrência das chamadas subsequentes do processo seletivo. Essa situação reduz o tempo de adaptação e pode comprometer o acompanhamento das disciplinas já iniciadas. Frequentemente, esses estudantes encontram obstáculos para acessar benefícios estudantis e para acompanhar conteúdos ministrados antes de sua efetiva matrícula.

Outro elemento que merece atenção diz respeito à necessidade de fortalecimento dos serviços de acolhimento e orientação acadêmica. A complexidade dos procedimentos administrativos, a organização da documentação acadêmica e o desconhecimento das normas institucionais podem gerar insegurança entre os ingressantes, especialmente aqueles que são os primeiros membros da família a ingressar no ensino superior.

Também foram identificadas dificuldades relacionadas à comunicação em algumas situações específicas envolvendo docentes estrangeiros que ainda não possuem plena fluência em língua portuguesa. Embora a internacionalização represente um importante avanço para a universidade, é necessário garantir que eventuais barreiras linguísticas não prejudiquem o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo nas disciplinas introdutórias.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a evasão estudantil deve ser enfrentada por meio de estratégias integradas, capazes de atuar simultaneamente sobre os diferentes fatores que influenciam a permanência dos estudantes.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela Universidade Federal de Viçosa para reduzir os índices de evasão destaca-se o Programa Primeiro Ano. A proposta surgiu a partir do reconhecimento de que os períodos iniciais da graduação concentram grande parte das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e, conseqüentemente, os maiores índices de abandono.

O programa busca promover a integração acadêmica, social e institucional dos ingressantes por meio de ações de acolhimento, orientação e acompanhamento. Entre suas atividades destacam-se tutorias acadêmicas, monitorias, orientação para utilização dos sistemas institucionais, acompanhamento do desempenho acadêmico e encaminhamento para serviços de apoio quando necessário.

A iniciativa está alinhada às contribuições teóricas de Tinto (2014), que enfatiza a importância da integração institucional para a permanência estudantil. Ao fortalecer os vínculos entre estudantes e universidade, o programa contribui para a construção de um sentimento de pertencimento e para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento das dificuldades acadêmicas.

Além disso, o Programa Primeiro Ano dialoga com a perspectiva apresentada por Coulon (2008), segundo a qual o estudante precisa aprender gradualmente as normas e práticas que estruturam a vida universitária. O apoio oferecido durante essa fase inicial favorece a adaptação ao novo ambiente e reduz os riscos de evasão decorrentes de dificuldades de inserção acadêmica.

Embora seja impossível atribuir exclusivamente ao programa a redução dos índices de evasão, sua existência representa uma importante estratégia institucional voltada à promoção da permanência estudantil. O fortalecimento e a ampliação dessas ações podem contribuir significativamente para a melhoria dos indicadores acadêmicos e para o sucesso dos estudantes ao longo de sua trajetória universitária.

A análise das políticas institucionais da Universidade Federal de Viçosa evidencia que a permanência estudantil ocupa posição estratégica no planejamento institucional da universidade. Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2029), a UFV desenvolve um conjunto de ações voltadas à promoção da inclusão social, à redução das desigualdades e ao fortalecimento das condições necessárias para o sucesso acadêmico dos estudantes.

Nesse contexto, a Assistência Estudantil constitui um dos principais mecanismos de enfrentamento da evasão. Suas ações estão alinhadas aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e contemplam tanto iniciativas de caráter universal quanto ações direcionadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre os serviços oferecidos destacam-se os subsídios para

alimentação nos Restaurantes Universitários, a moradia estudantil gratuita, o auxílio-creche, os auxílios emergenciais, as bolsas de aprendizagem e aprimoramento profissional e os programas de apoio à permanência acadêmica. Essas iniciativas buscam minimizar os impactos das desigualdades econômicas sobre a trajetória universitária dos estudantes, favorecendo sua permanência e conclusão dos cursos.

A literatura especializada demonstra que a vulnerabilidade socioeconômica representa um dos principais fatores associados à evasão no ensino superior. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários assumem papel fundamental na redução dos riscos de abandono, especialmente entre estudantes oriundos de grupos historicamente excluídos do ensino superior. Ao garantir condições básicas de alimentação, moradia e suporte financeiro, a universidade contribui para que os estudantes possam dedicar-se às atividades acadêmicas com menor comprometimento decorrente de dificuldades econômicas.

Além do suporte financeiro e assistencial, a UFV investe em estratégias de acolhimento e integração acadêmica. Entre essas ações destaca-se o Programa Primeiro Ano, que reconhece o período inicial da graduação como uma etapa de elevada vulnerabilidade à evasão. O programa promove atividades de recepção, orientação acadêmica, acompanhamento pedagógico e integração social dos ingressantes, favorecendo a adaptação à vida universitária.

Uma das principais iniciativas vinculadas a esse processo é o evento "Integra Calouros UFV", realizado anualmente com o objetivo de recepcionar os novos estudantes e apresentá-los às oportunidades acadêmicas, científicas, culturais, esportivas e de extensão disponíveis na instituição. A participação de docentes, coordenadores de curso e estudantes veteranos contribui para fortalecer os vínculos institucionais e ampliar o sentimento de pertencimento à comunidade universitária.

Outra estratégia relevante refere-se ao sistema de orientação acadêmica, no qual docentes acompanham individualmente os estudantes ao longo de sua trajetória universitária. Esse acompanhamento permite identificar dificuldades acadêmicas, orientar a elaboração dos planos de estudos e promover intervenções precoces em situações de risco de evasão.

Também merecem destaque os programas de monitoria e tutoria. A monitoria tem como objetivo apoiar o processo de aprendizagem em disciplinas específicas, contribuindo para a redução das taxas de reprovação e para a melhoria do desempenho acadêmico. Paralelamente, a tutoria atua como uma importante ferramenta de nivelamento dos conhecimentos básicos dos estudantes ingressantes, especialmente nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia, Bioquímica e Língua Portuguesa. Essas ações são particularmente relevantes diante das evidências de que as reprovações nos períodos iniciais da graduação constituem um dos principais fatores associados à evasão.

Adicionalmente, a universidade oferece mecanismos de nivelamento acadêmico, como disciplinas introdutórias destinadas a estudantes que apresentam dificuldades em conteúdos básicos necessários para o acompanhamento das disciplinas da graduação. Tais iniciativas demonstram o compromisso institucional com a promoção da equidade educacional e com a redução das desigualdades de formação entre os ingressantes.

Os resultados observados permitem afirmar que as políticas de permanência desenvolvidas pela UFV estão alinhadas às recomendações da literatura especializada sobre evasão estudantil. Ao combinar assistência socioeconômica, acolhimento institucional, apoio pedagógico e acompanhamento acadêmico, a universidade busca atuar sobre múltiplas dimensões do fenômeno, reconhecendo sua natureza complexa e multifatorial. Dessa forma, as ações institucionais não apenas favorecem a permanência dos estudantes, mas também contribuem para a construção de condições mais equitativas de acesso ao sucesso acadêmico.

CONCLUSÃO

A evasão estudantil constitui um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior brasileiras. Embora as políticas de democratização do acesso tenham promovido avanços significativos na ampliação das oportunidades educacionais, a permanência dos estudantes continua sendo um problema relevante para universidades públicas e privadas.

Os resultados deste estudo evidenciam que a evasão não pode ser explicada por um único fator isolado. Trata-se de um fenômeno multidimensional, influenciado pela

interação entre condições socioeconômicas, desempenho acadêmico, integração social, organização institucional e características individuais dos estudantes. Dessa forma, compreender e enfrentar a evasão requer abordagens amplas e integradas, capazes de contemplar a complexidade das trajetórias estudantis no ensino superior.

No caso da Universidade Federal de Viçosa, observou-se que as políticas de permanência estudantil, os programas de assistência financeira, as monitorias, as tutorias e as iniciativas de acolhimento desempenham papel importante na redução dos riscos de evasão. Essas ações contribuem para minimizar dificuldades acadêmicas, sociais e econômicas enfrentadas pelos estudantes, favorecendo sua permanência e progressão nos cursos de graduação. Entretanto, tais estratégias precisam ser continuamente aperfeiçoadas para responder às demandas de um público estudantil cada vez mais diverso.

A pesquisa também evidencia a importância de intervenções voltadas aos períodos iniciais da graduação, fase em que se concentram as maiores dificuldades de adaptação à vida universitária e os maiores índices de abandono. O fortalecimento dos mecanismos de acolhimento, da orientação acadêmica e do acompanhamento pedagógico dos ingressantes pode contribuir significativamente para o aumento das taxas de permanência e conclusão dos cursos.

Embora o Programa Primeiro Ano e as ações de recepção e integração dos ingressantes, como o Integra Calouros UFV, representem importantes estratégias institucionais voltadas à promoção da permanência estudantil, este estudo não teve como objetivo avaliar seu impacto específico sobre os índices de evasão. Tal opção metodológica justifica-se pelo fato de que, ao longo das últimas décadas, a Universidade Federal de Viçosa passou por profundas transformações institucionais e estruturais que influenciaram simultaneamente o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. Entre essas mudanças destacam-se a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a expansão das universidades federais por meio do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção da Lei de Cotas, a ampliação das políticas de assistência estudantil vinculadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o aumento do número de vagas ofertadas.

Nesse contexto, não seria metodologicamente adequado atribuir eventuais alterações nos índices de evasão exclusivamente ao Programa Primeiro Ano ou a qualquer outra ação isolada, uma vez que múltiplos fatores e políticas atuaram simultaneamente sobre o fenômeno. Ainda assim, observa-se que a UFV tem buscado enfrentar a evasão por meio de um conjunto articulado de políticas e programas voltados ao acolhimento, ao acompanhamento acadêmico, à assistência estudantil e à integração dos estudantes à vida universitária, demonstrando o compromisso institucional com a permanência e o sucesso acadêmico de sua comunidade discente.

Por fim, conclui-se que a efetiva democratização da educação superior depende não apenas da ampliação do acesso, mas também da garantia de condições adequadas para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Dessa forma, o enfrentamento da evasão deve constituir uma prioridade permanente das políticas públicas e das estratégias institucionais das universidades brasileiras, de modo a assegurar que o ingresso no ensino superior se converta, efetivamente, em formação concluída e oportunidade de transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Disponível em <https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf> Acesso em: 16/08/2026, Brasília: MEC/SESu, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União: seção 1, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 16 jun 2026, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 17 jun 2026, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 17 jun 2026, DF, 30 ago. 2012.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, Alain. **O ofício de estudante: a entrada na vida universitária.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 17 jun. 2026, Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 1239-1250, 2012.

GISI, Maria Lourdes. **Permanência e evasão na educação superior: desafios para as políticas educacionais.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 31-43, 2006.

MIRANDA, Nivia Maria Ladeira. Discutindo sobre a evasão em uma licenciatura em matemática a distância. Universidade Federal de Viçosa, 2016.

PAREDES, Alberto Sánchez. **A evasão do terceiro grau em Curitiba.** São Paulo: NUPES/USP, 1994.

RIBEIRO, Marcelo. **Evasão e mobilidade no ensino superior brasileiro.** Brasília: INEP, 2005.

RIGO, Júlia da Silva; CARDOSO, Frederico Assis; HERNECK, Heloisa Raimunda. **Da expansão à evasão: as licenciaturas noturnas na UFV.** Disponível em: <[REDACTED]>. Acesso em: 23 jun. 2026, Revista da Faculdade de Educação, v. 32, n. 2, p. 69–86, 2020.

RISTOFF, Dilvo. **Educação superior no Brasil: democratização do acesso e permanência com qualidade.** Avaliação, Campinas, v. 18, n. 3, p. 647-670, 2013.

SILVA, José Carlos da. **Evasão universitária: uma análise conceitual.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n. 28, p. 115-136, 2012.

TINTO, Vincent; CULLEN, John. **Dropout in higher education: a review and theoretical synthesis of recent research**. New York: Columbia University, 1973.

TINTO, Vincent. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research**. Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

TINTO, Vincent. **Classrooms as communities: exploring the educational character of student persistence**. Journal of Higher Education, Columbus, v. 68, n. 6, p. 599-623, 1997.

TINTO, Vincent. **Completing college: rethinking institutional action**. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Ensino. **Programa Primeiro Ano**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2029**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2024. Disponível em: https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2025/03/PDI_versao_marco_25-compactado.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.